



AS IMPLICAÇÕES DA APOSENTADORIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO IDOSO

THE IMPLICATIONS OF RETIREMENT IN THE CONSTRUCTION OF THE IDENTITY OF THE ELDERLY

Letícia Caroline Andrade Silva¹

RESUMO: Diante do crescimento da população idosa, do aumento da longevidade, e, por conseguinte, do aumento de aposentados nessa faixa etária, este artigo pretende responder quais são as implicações da aposentadoria na construção da identidade do idoso. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura referente aos estudos produzidos nos últimos trinta anos sobre o tema, que abordassem de forma sócio-histórica a relação entre velhice, aposentadoria, trabalho no Brasil e no mundo. A partir disso, foi possível compreender que a forma como a velhice foi sendo concebida, juntamente com a aposentadoria, influenciou consideravelmente a identidade do idoso, atribuindo-lhe um papel de inatividade e decadência social. Entretanto, mesmo com a construção de uma nova posição subjetiva da velhice contemporaneamente, relacionada aos direitos sociais, atividades e prazeres, percebe-se que o idoso ainda vivencia temores diante da aposentadoria. Esse cenário é consequência de uma possível perda da identidade profissional do indivíduo, que por muito tempo, estruturou sua subjetividade, seus hábitos e relações sociais. Assim, a emergência de orientação psicológica em programas de preparação para a aposentadoria se faz necessária, pois compreende que cada sujeito vivenciará a aposentadoria de forma singular, e por isso, é fundamental o planejamento para essa nova etapa da vida, com o intuito de prevenir as possíveis implicações psicossociais nessa fase.

PALAVRAS-CHAVE: Aposentadoria; Terceira Idade; Trabalho; Identidade.

ABSTRACT: Once faced by the growth of elderly population, the increase in human lifespan, and, also the growing numbers of pensioners and retired population within this age track, this article is aimed at answering what the implications of retirement in the construction of elderly people's identities are. For such, a literature review was conducted regarding the studies produced in the last thirty years on the subject, which addressed in a socio-historical way the relationship between old age, retirement, work in Brazil and worldwide. From this point on, it was possible to understand that the way aging had been understood, together with the act of retirement, has influenced the elderly population's identity, attributing them a role of inactivity and social decadence. Nevertheless, even with a new construction related to a contemporary new and subjective position about aging, related to civil rights, activities and leisure, it is still possible to notice that the elderly still tackles anxiety when faced with retirement. This scenario is the consequence of a possible loss of the individual's professional identity that for long, has structured their subjectivity, their habits and social relations. Therefore, the urgency of psychological guidance in preparation for retirement is of the essence, once it understands that each individual will live through their retirement in a singular way, and as such, planning for this new life term is fundamental with the aim of preventing possible psychosocial implications in this period.

KEYWORDS: Retirement; Third Age; Job; Identity.

1 INTRODUÇÃO

A população brasileira passou por consideráveis transições demográficas ao longo dos séculos, de forma que hoje demonstra um aumento na longevidade e conseqüentemente uma inversão na estrutura etária do país, predominando um aumento da população idosa e uma diminuição de crianças e adolescentes (IBGE, 2016). Esse público idoso corresponde, con-

¹ Acadêmica do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, unidade de Betim. leticiacandrade3@gmail.com

forme o Estatuto do Idoso (2003), àquele que possui 60 anos ou mais, e, segundo estudos do IBGE (2016), entre 2005 a 2015, aumentou de 9,8% para 14,3%. Estima-se que em 2070 essa faixa etária represente 35% da população do país.

Essa realidade populacional, quando pensada em termos de trabalho, coloca em evidência o fenômeno da aposentadoria, que, em uma análise etimológica, significa retornar-se aos aposentos e recolher-se ao espaço privado de não trabalho, o que está diretamente ligado à concepção do status de inatividade daquele que se aposenta (SOARES; COSTA, 2011). Destarte, em 2015 constatou-se que 75,6% dos idosos eram aposentados e/ou pensionistas, e que 69% do rendimento nessa faixa etária era oriundo da aposentadoria ou pensão (IBGE, 2016).

Na esteira dessas discussões, este artigo propõe-se a discutir quais são as implicações das aposentadorias, concedidas por idade e tempo de contribuição, na construção da identidade do idoso, analisando como o processo de aposentar-se é vivenciado. Assim, pretende-se explorar, a partir de um olhar sócio-histórico, a construção do termo velhice, e a maneira como ele esteve relacionado com o processo de aposentaria, compreendendo que a identidade que emerge dessa relação delimita a autoimagem que desses sujeitos.

Nesse contexto, conforme Soares e Costa (2011), os benefícios de aposentadoria concedidos cresceram e, devido ao aumento da longevidade, as pessoas têm a possibilidade de permanecerem aposentadas por um período significativo de suas vidas. Diante dessa realidade, em alguns casos, o benefício concedido pela previdência pública não é suficiente para atender às condições mínimas de qualidade de vida do aposentado, o que pode levar o assegurado à necessidade de continuar trabalhando para sustentar-se. Por outro lado, existem aqueles que têm a possibilidade de se aposentar, uma vez que possuem uma boa renda, mas que sentem dificuldades em se afastar de suas atividades, visto que não encontram outros afazeres na vida que não estejam relacionados ao trabalho. Essa segunda realidade, de acordo com Soares e Costa (2011, p.33-34), “requer um olhar atento para o lugar do trabalho e sua influência na constituição da identidade humana, para o lugar da aposentadoria e o homem contemporâneo, bem como para os significados atribuídos socialmente a estas categorias”.

Assim, dissertar sobre as implicações da aposentadoria na identidade de idosos remete, inicialmente, à necessidade de compreender a maneira como a noção de velhice foi sendo construída historicamente, e como o trabalho e seus significados estiveram presentes como determinantes na constituição do sujeito. Compreende-se que o desenvolvimento capitalista e as aposentadorias estabeleceram uma visão indissociável entre o fim do trabalho assalariado e o último estágio da vida. Dessa maneira, ao considerar o trabalho como estruturante da subjetividade, pode-se justificar as dificuldades psicológicas das pessoas em lidar com essa ruptura,

gerando consequências muito além de um simples término de carreira ou do afastamento do emprego.

Para atender a proposta deste artigo, foi realizada uma revisão de literatura, abarcando artigos científicos e livros de estudiosos sobre o tema. Assim, convém ressaltar que a bibliografia utilizada para esse texto foi produzida nos últimos trinta anos. Para a seleção dessas referências, foram pesquisadas e escolhidas as produções que abordassem a relação entre velhice, trabalho e aposentadoria no Brasil e no mundo. Desse modo, o presente artigo descreve as perspectivas construídas a partir dos estudos selecionados.

O texto está estruturado em quatro partes além desta introdução. Na próxima seção, antes de discutir o foco deste estudo, discorre-se sobre o percurso histórico do termo velhice e a aposentadoria. Em seguida, discute-se sobre as transformações que perpassaram essa faixa etária na contemporaneidade para, posteriormente, analisar como a categoria trabalho esteve presente na formação da identidade desses sujeitos. De posse dessas discussões prévias, finalmente discute-se quais são as implicações da aposentadoria na identidade do idoso, e por fim, as considerações finais são escritas para contemplar em síntese os pontos principais deste estudo, e apontar as reflexões geradas a partir dele.

2 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A VELHICE E A APOSENTADORIA

De acordo com Silva (2008), é a partir do século XIX que se inicia um processo de categorização das etapas da vida devido a uma diferenciação entre as idades cronológicas, funções, hábitos e espaços sociais referentes a cada grupo etário. Nesse cenário de organização, surge a velhice como uma categoria etária marcada pela transição entre as idades, ritos de passagem, hábitos de conduta e crenças. Esse processo de identificar os sujeitos a diferentes grupos etários atingiu todas as esferas da vida social, como o espaço familiar, o trabalho, as instituições do Estado, o mercado de consumo e as esferas da intimidade. Dessa maneira, a idade tornou-se uma categoria que dizia a respeito da identidade dos sujeitos e era um fator importante para a distinção social. Além disso, outros dois fatores entre o século XIX e XX foram imprescindíveis para construção da noção de velhice, sendo eles os estudos da geriatria e gerontologia, e o surgimento das aposentadorias. O primeiro caracterizou essa faixa etária como um estado fisiológico específico, intrinsecamente ligado a problemas clínicos, doenças, degeneração do corpo e, sobretudo, pela morte, a qual passou a ser vista como resultado do processo de envelhecimento. Por conseguinte, esse discurso médico sobre a decadência física dos velhos passou a exercer grandes influências sociais, servindo de base para os discursos do

Estado e para a formulação de políticas assistenciais. O segundo fator também fundamental para a consolidação da noção da velhice, conforme Silva (2008), foi o processo de institucionalização da aposentadoria, sendo fruto do processo de industrialização e objeto de discurso de legisladores sociais no decorrer da segunda metade do século XIX.

Nesse contexto, conforme os estudos de Beauvoir (1990), antes mesmo de se pensar em aposentadoria, por muito tempo os velhos não tiveram nenhum tipo de proteção que lhes garantissem a sobrevivência, visto que, durante a Idade Média até o século XVIII, a maioria das pessoas morriam jovens. Aqueles que sobreviviam e não possuíam capacidade para trabalhar precisavam recorrer à família, à caridade pública, dos castelos e dos conventos para se sustentar. Quando esses recursos lhes eram negados, muitos eram abandonados em asilos e até mesmo assassinados clandestinamente. Dessa forma, os velhos foram vítimas de exploração, já que as classes dominantes não concediam a eles o que era necessário para sobreviver. Conforme aponta Beauvoir (1990, p. 263), “uma vez gastos no trabalho, eles o abandonavam, com as mãos vazias”. Portanto, até o fim do século XIX, o velho trabalhador, quando expulso de seu emprego, era abandonado à própria sorte. Assim, “as coletividades viram-se obrigadas a encarregar-se do problema. Não o fizeram sem resistência” (BEAUVOIR, 1990, p. 274).

Diante desse contexto, Debert e Simões (1998) ressaltam que a história da criação da aposentadoria é traçada pela maneira que se concebeu a categoria velhice, juntamente com as transformações que o sistema capitalista passou proporcionando a criação de instituições com o objetivo de substituir parcialmente a família na ajuda dada às gerações mais velhas. Assim, conforme Silva (2008), foi a partir do envelhecimento das primeiras gerações de operários franceses que houve discussões a respeito do tratamento a ser dado a esses que eram incapazes de trabalhar e garantir o próprio sustento. No início, de acordo com Beauvoir (1990), as pensões foram concedidas como uma recompensa àquelas profissões perigosas e que eram leais ao Estado, e com o passar do tempo tornou-se organizada e habitual, porém era determinada por duas condições: tempo de trabalho e idade. A autora salienta que:

O Estado fixa a idade em que o trabalhador tem direito a uma aposentadoria; essa idade é também a que os empregadores públicos e privados escolhem para despedir seu pessoal, e, portanto, a idade em que o indivíduo passa da categoria dos ativos à dos inativos. (BEAVOUIR, 1990, p. 276).

Nesse sentido, a velhice dos trabalhadores passa a ser associada à invalidez, a pobreza, e a incapacidade de produzir, o que incentivou a criação dos sistemas de aposentadoria pelos capitalistas, visando assegurar-lhes a manutenção da disciplina e rentabilidade dos trabalhadores. Acreditava-se, segundo Debert e Simões (1998), que a causa dessa decadência produtiva,

na medida em que os trabalhadores envelhecessem, era a intensa velocidade que as indústrias exigiam desses, embora nunca se tenha comprovado com evidências objetivas e empíricas a relação entre envelhecimento e perda da capacidade produtiva. Esse foi o momento em que o desempenho do velho passou a delimitar a sua identidade, a qual era caracterizada por habilidades obsoletas, capacidade de aprendizado reduzida, resistência à mudança e lentidão nas decisões. Além disso, conforme Laslett citado por Silva (2008), o processo da institucionalização da aposentadoria contou com o discurso geriátrico, que propagava essas imagens negativas sobre a velhice para sustentar campanhas em prol dos direitos de se aposentar e de instalações de políticas de atenção aos velhos. Nessa perspectiva, Silva (2008) aponta que:

Os sistemas de aposentadoria surgiram como parte de um espectro mais amplo de preocupações que tomavam conta do cenário francês desde a segunda metade do século XIX e que diziam respeito à contenção do ‘perigo social’ representado pela massa de trabalhadores. As caixas de aposentadoria e os sistemas de seguro incluem-se na estratégia formulada pela política francesa cujo propósito era responder ao que era considerado o grande problema social da época. (SILVA, 2008, p. 160).

Todavia, conforme Beavouir (1990), estas características de inatividade e decadência impostas aos velhos não eram de um destino natural e biológico, mas a consequência de uma opção social de uma sociedade capitalista que só visava o lucro. Dessa forma, os empresários optavam pela exploração intensiva de seus trabalhadores até o momento em que esses não tivessem mais condições de trabalhar e fossem substituídos por outros, como demonstrado pela autora:

O progresso técnico desqualifica o velho operário; sua formação profissional, feita quarenta anos antes, é geralmente insuficiente [...] Por outro lado, a doença e a fadiga fazem com que ele deseje o descanso: não são consequências diretas da senescência. Um homem de 65 anos que tivesse poupado suas forças poderia sem dificuldade preencher tarefas tornadas demasiado pesadas para o velho operário sobrecarregado. (BEAVOUIR, 1990, p. 286).

Já no contexto brasileiro, conforme Silva e Costa (2016), o surgimento das aposentadorias foi marcado pelo início da industrialização e urbanização no país que demandava melhores condições de vida e um aumento da necessidade de proteção social oriunda do Estado. No final do século XX, foram os operários que lideraram movimentos pela necessidade de garantir um amparo financeiro àqueles que não conseguiam mais trabalhar, o qual até então era obtido por ajuda de instituições ligadas à religião. Dessa forma, as melhores condições de vida dadas aos trabalhadores fora uma forma encontrada pelo Estado para dispersar a ameaça dos movimentos dos trabalhadores à ordem social.

Foi então a partir dessas reivindicações sociais que em 1923 – marcado pelo início do sistema previdenciário brasileiro – a Lei Eloy Chaves estabelece um seguro social para lidar com essas manifestações que ameaçavam a estabilidade do país. Por conseguinte, houve a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), inicialmente administradas pelos representantes das empresas ferroviárias e seus empregados, não havendo participação efetiva do Estado nessa esfera. Posteriormente, a partir de 1933, estruturou-se o sistema previdenciário com a unificação das CAPs e origem dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que, conforme Silva e Schwarzer (2002), abrangiam outros setores de atividades, como as indústrias, bancos, comércios e transportes, mas de modo que cada categoria tinha diferentes níveis de salários dos benefícios previdenciários. Para resolver esse problema, foi necessário a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) para unificar as regras que regiam os IAPs. Após o golpe militar de 1964, os IAPs se unificaram em uma estrutura única, o Instituto Nacional de Previdência Nacional (INPS), que possibilitou uma maior expansão previdenciária. Segundo Silva e Schwarzer (2002):

No fim da década de 1970, a Previdência Social já alcançava quase todas as categorias de trabalhadores, incluindo, em categorias especiais, os trabalhadores rurais e os empregados domésticos. Além disso, criou-se um benefício de cunho assistencial chamado de “amparo previdenciário” ou Renda Mensal Vitalícia, que foi estendido aos idosos com mais de 70 anos e aos inválidos que não tivessem obtido benefício e não pudessem prover seu sustento pelas próprias forças. Ainda nessas décadas, foi criado, em 1974, o Ministério da Previdência e Assistência Social com as atribuições de responder pelas políticas de previdência, de assistência social e de saúde. (SILVA; SCHWARZER, 2002, p. 9).

Nessa direção, segundo Silva e Schwarzer (2002), é somente a partir da promulgação da Constituição de 1988 que houve o reconhecimento universal dos direitos sociais inerentes à condição de ser cidadão brasileiro, o que antes era privilégio das categorias profissionais ou segmentações corporativas. O termo “Seguridade Social”, que inclui a Previdência Social, a Saúde e a Assistência Social, foi introduzido no Brasil a partir da nova constituição, a qual garantiu que essa seguridade deixasse de abranger somente o contexto estritamente social-trabalhista e assistencialista, para sugerir e englobar o direito de cidadania. Em 1990 foi criado o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e o Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Atualmente, o benefício da aposentadoria segundo a lei 8.213 de 1991 se efetua ao segurado em diferentes formas: aposentadoria por tempo de contribuição; por idade; por invalidez; e especial (BRASIL, 1991). A aposentadoria por idade para os trabalhadores urbanos requer uma idade mínima de 65 anos para o sexo masculino e 60 anos para o sexo feminino. Caso esses trabalhadores sejam do tipo rural, passa a ser o limite de 60 e 55 anos respecti-

vamente. Além disso, ambos os tipos de trabalhadores dos dois sexos precisam comprovar 180 meses de contribuição. Já a aposentadoria por tempo de contribuição é devida ao segurado que completa, no mínimo, 35 anos de contribuição, se do sexo masculino, ou 30 anos de contribuição, se do sexo feminino, exceto os casos especiais (IBGE, 2016).

3 UM NOVO OLHAR SOBRE A VELHICE

A cultura ocidental historicamente concebeu a velhice como um problema social, e somente na contemporaneidade foi possível uma reconstrução da noção da velhice. Dessa maneira, ao dessensibilizar as imagens culturais e tradicionais do envelhecimento, esse passa a ser visto como uma etapa não mais homogênea, e as características de doença física e declínio mental conferidas somente aos velhos foram redefinidas como condições que afetam as pessoas em qualquer fase do desenvolvimento (DEBERT, 2012).

Nessa direção, Beauvoir (1990) aponta para a impossibilidade de se limitar a pluralidade de experiências da velhice em um só conceito ou noção, uma vez que essas vivências variam ao longo da história e da cultura. Todavia, mesmo com essa diversidade de representações, a autora aponta para a existência de constantes formas de viver a velhice devido a fatores sociais que interferem na condição do idoso: “cada um só encontra seu verdadeiro sentido na sua relação com os outros” (BEAUVOIR, 1990, p.346). Essa concepção demonstra que a consciência que o velho tem dele mesmo é definida pelo outro, de modo que se torna impossível para o sujeito ter uma experiência plena do seu interior, pois percebe a si mesmo através dos costumes da sociedade, do comportamento dos outros e pelo próprio vocabulário. Assim sendo, mesmo que o sujeito não tenha experimentado consideráveis transformações e mutações, ele se rende e se sente velho através do ponto de vista do outro, como explicitado pela autora:

“Falso problema – disseram-me. – Enquanto você se sentir jovem, você é jovem”. Isso é desconhecer a complexa verdade da velhice: esta é uma relação dialética entre meu ser para outrem – tal como ele se define objetivamente – e a consciência que tomo de mim mesma através dele. Em mim, é o outro que é idoso, isto é, aquele que sou para os outros: esse outro sou eu. (BEAUVOIR, 1990, p.348).

Em consonância, Debert (1998) distingue aquilo que é universal, como o ciclo biológico do ser humano – nascimento, desenvolvimento e morte – daquilo que é um fato social e histórico, ou seja, as diversas formas possíveis de vivenciar e conceber o envelhecimento. Assim, é possível compreender que os significados atribuídos aos velhos em diferentes contextos históricos, culturais, são permeados de representações simbólicas dessa etapa da vida,

como por exemplo, a idade de transição para a velhice, a posição social dessa e, sobretudo, o tratamento que lhe é conferido. Nesse sentido, não se regulamentou somente as sequências e etapas da vida, mas também as perspectivas e projetos de vida destinados a cada uma delas.

Nessa perspectiva, Silva (2008) aponta para o surgimento do termo “terceira idade” como uma das maiores transformações da história da velhice, que contribuiu para a criação e difusão de uma imagem positiva e uma inversão de características e valores atribuídos a essa faixa etária. As ideias de invalidez, de doenças, e solidão são desconstruídas e sugere-se novas perspectivas relacionadas aos momentos de lazer e realização pessoal, tal como a criação de novas habilidades e oportunidades de cultivar os laços familiares durante a terceira idade. A autora ressalta que essa categoria é também um constructo socialmente e historicamente produzido, que possibilitou novas formações identitárias a essa faixa etária. Assim, alguns fatores foram imprescindíveis para o seu surgimento, como o discurso da gerontologia social, que teve o objetivo desconstruir a metáfora negativa do velho oriunda do saber geriátrico, e também colaborou para a estimulação de um novo estilo de vida para os velhos, permeado por atividades e benefícios. Além disso, a substituição dos termos de tratamento da velhice foi outro fator fundamental para o surgimento da terceira idade. Surge a denominação de “idoso”, considerada mais respeitosa e menos estereotipada em comparação com “velho”, que estava diretamente associado aos sinais de pobreza, incapacidade e decadência social. Como também, foi importante a generalização e a reorganização da aposentadoria, a qual se estendeu a todos as classes de trabalhadores, o que colaborou para a dissociação entre velhice e indigência. Em suma, as características da velhice foram invertidas e passaram a assumir novas perspectivas e significados: “a terceira idade substitui a velhice; a aposentadoria ativa se opõe a aposentadoria; o asilo passa a ser chamado de centro residencial, o assistente social de animador social e a ajuda social ganha o nome de gerontologia” (DEBERT, 2012, p.60).

Contudo, mesmo que contemporaneamente se afirme que as categorias de idade são construções sociais e que mudam historicamente, não há como negar que elas tenham influência e efetividade na vida do sujeito. Essas classificações fazem parte da realidade, pois servem como referência para uma visão de mundo social, uma vez que “operam recortes no todo social, estabelecendo direitos e deveres diferenciais em uma população, definindo relações entre gerações e distribuindo poder e privilégios” (DEBERT, 1998, p. 12). Assim, as categorias de idade sugerem a imposição de uma visão de mundo social, que implica em manter ou transformar a posição de cada sujeito em espaços sociais específicos.

Em consonância, Ciampa (2012) aponta que o sujeito só se reconhece e afirma a sua identidade a partir do reconhecimento de um determinado grupo social que possui uma histó-

ria, tradição, normas e interesses. Assim sendo, não é possível dissociar indivíduo da sociedade, de modo que as mais diversas formas de identidade estão relacionadas com as diferentes configurações da ordem social. Por conseguinte, faz-se necessário destacar a importância que a categoria trabalho exerce na identidade do indivíduo e na dinâmica de funcionamento da sociedade, para posteriormente se compreender como a ausência dessa produz implicações na vida do sujeito aposentado.

4 O LUGAR QUE O TRABALHO OCUPA NA IDENTIDADE DO SUJEITO

De acordo com Zanelli, Silva e Soares (2010), o trabalho pode ser compreendido como todo esforço físico ou psíquico do ser humano, que, ao intervir na natureza, produz um resultado. Assim, o trabalho consiste, desde os primórdios, em transformar o meio de forma que seja útil à própria vida e a sobrevivência do homem. Para Codo (2012), essa transformação se dá através de uma relação de dupla apropriação: o homem modifica o meio à sua imagem e semelhança, e ao contrário, o homem é transformado à imagem e semelhança da natureza que o abriga.

Dessa forma, conforme Soares e Costa (2011), é o trabalho que distingue o homem dos outros animais, pois é um processo de intencionalidade que requer consciência e imaginação das ações antes de executá-las. Esse esforço planejado, conforme Zanelli, Silva e Soares (2010), nem sempre se dá de maneira formal ou sistemática, mas é sempre de alguma forma orientado para a transformação do meio. Assim sendo, entende-se que o trabalho é um conceito exclusivamente humano que faz parte de um processo civilizatório, e que ao construir técnicas e instrumentos, o homem se distanciou dos outros primatas.

O processo civilizatório de trabalho traduz-se em atividade humana orientada para um determinado fim no intuito de produzir valores de uso, bens resultantes do intercâmbio entre o homem e a natureza. Partindo deste entendimento, o ato de trabalhar consiste na apropriação da natureza para a satisfação das necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, comum a todas as suas formas sociais. (MARX apud SOARES; COSTA, 2011, p. 17).

Diante disso, pode-se afirmar que a relação do homem com a natureza é dialética, uma vez que o modo de produção se modifica conforme o passar do tempo e, por conseguinte, muda-se o tipo de trabalho e a visão de mundo do homem. Logo, a história da humanidade é marcada pela presença do trabalho, o qual apresentou significados que se transformaram ao longo dos séculos. Destarte, o trabalho é capaz de organizar a sociedade, e é a partir dos esforços e objetivos coletivos que, segundo Zanelli, Silva e Soares (2011), torna-se possível

alcançar o maior objetivo de uma sociedade capitalista: a lucratividade ou obtenção de resultados em curto prazo. Dessa forma, Marx citado por Soares e Costa (2011) aponta que a capacidade produtiva do trabalhador é transformada em mercadoria, de maneira que o indivíduo troca sua capacidade de trabalhar por algo, e passa a não reconhecer mais o que ele próprio produz, tornando-se estranho a ele e alienando-o do produto de seu trabalho. Assim, para garantir seu meio de subsistência, o trabalhador passa a ser dependente das condições impostas pelo modo de produção capitalista. Entretanto, mesmo em condições de exploração e alienação, o trabalho mantém a vida do sujeito e é fator fundamental para a construção da sua identidade.

À vista disso, conforme Soares e Costa (2011), histórica e culturalmente as pessoas percebem o trabalho como uma normalidade a ser seguida durante toda a vida, e isso faz com que ele esteja intrinsecamente ligado à constituição de identidade do ser humano, pois dá sentido, ritmo e sequência às etapas da vida. Isso fica nítido em todo o processo de desenvolvimento do homem, o qual aprende desde criança que para “ser alguém” na vida é preciso estudar para garantir uma profissão. Como também, segundo Zanelli, Silva e Soares (2010), o processo de socialização primária e secundária prepara o ser humano para o trabalho, o qual marca a passagem de um indivíduo dependente dos outros desde o seu nascimento, para um indivíduo que alcança a maturidade e obtém autonomia por meio do seu trabalho. Em consonância a isso, Ciampa (2012, p.64) afirma que é pelo fazer que o indivíduo torna-se algo: “ao pecar, pecador; ao desobedecer, desobediente; ao trabalhar, trabalhador”. Portanto, o trabalho determina o comportamento humano, molda as expectativas e os projetos futuros do ser, como demonstrado por Codo (2012):

O lugar onde ele trabalha determina o horário em que deve levantar-se da cama, portanto, o horário de deitar-se. Deve “preocupar-se com a aparência”, ou seja, vestir um determinado tipo de roupa, por exemplo, *paletó e gravata*, o que significa que parte do orçamento doméstico deve ser deslocado para indumentária e que a passagem pelo espelho é obrigatória, antes de sair de casa [...] enfim, toda uma postura, ou um projeto (sonho) de postura reforçado cotidianamente por todas as suas relações de trabalho. (CODO, 2012, p. 139).

Além disso, conforme França (1999), o trabalho tem diversos significados para o sujeito, por exemplo, pode ser fonte de prazer ou apenas uma fonte de sobrevivência. Muitos trabalhadores tiveram a chance de investir em uma futura profissão e de se especializar para tal. Já outros não puderam escolher suas profissões para terem de fato um trabalho satisfatório, pois não dispuseram de oportunidades de refletir acerca de suas “vocações”, muitas vezes por falta de tempo, dinheiro e/ou educação necessária para realizar essa escolha, preferindo

então uma atividade prática, rápida e rentável. Em consonância, Chrisostomo e Macedo (2011) afirmam que o trabalho pode ser representado como uma realização pessoal e fonte de criatividade, ao passo que também pode significar fadiga, alienação e limitação a uma pessoa. Contudo, independentemente da forma como o trabalho é concebido, esse é fator de integração e engajamento social. Assim, as autoras o analisam em três aspectos que não são necessariamente antagônicos:

Ele estrutura o espaço, tempo e as relações sociais e, como valor econômico, ele constitui o meio principal de independência da maioria dos trabalhadores. Ele pode ser associado à segurança econômica e, em certas profissões, à realização pessoal, na medida em que ele pode ser fonte de poder, de independência e de reconhecimento. Cada pessoa investe mais ou menos em seu papel profissional, segundo suas necessidades, motivações e aspirações. (CHRISOSTOMO; MACEDO, 2011, p.153).

No entanto, mesmo nesses casos em que a profissão não tenha sido planejada, muitos trabalhadores acabam se adequando e se adaptando a determinadas situações do próprio trabalho, como o seu “fazer”, a sua rotina, o ambiente, as relações com os colegas, o salário, dentre outros fatores em que o indivíduo não quer se abdicar por fazer parte da sua história de vida. Isso mostra como a identidade do sujeito está intrinsecamente ligada ao trabalho, o qual desempenha um lugar privilegiado na vida do homem e influencia na definição de si próprio, de tal maneira que, segundo Soares e Costa (2011, p.34), o homem “identifica-se com sua profissão perante a sociedade, como se fosse um sobrenome que adquirimos ‘João, o professor’; ‘Maria, a enfermeira’; ‘José, o médico’”.

Portanto, em termos econômicos, o trabalho tem a finalidade de garantir a sobrevivência do indivíduo e satisfazer suas necessidades, ao passo que, na perspectiva psicológica, o trabalho desempenha um papel central na organização da vida social do sujeito, visto que serve como base para a formação de identidade a partir de processos de descrição e autoavaliação. Assim sendo, o trabalho determina o homem, fornece sentido para a sua existência, fomenta as relações sociais, e em suma, é intrínseco a construção da identidade (SOARES; COSTA, 2011).

5 O PROCESSO DE APOSENTAR-SE E SUAS IMPLICAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO IDOSO

Todo o desenvolvimento humano é marcado por mudanças, estressores e crises que acompanham o homem durante toda sua vida. Entretanto, nem sempre essas fases são negati-

vas, visto que proporcionam crescimento, maturidade e um desenvolvimento saudável conforme a capacidade de cada um em vivenciar essas situações de mudanças. Dessa forma, dificuldades relacionadas ao processo de aposentadoria estão ligadas as dúvidas e incertezas em se pensar no fim de uma carreira que está diretamente vinculada com o papel profissional, ou seja, sua identidade pessoal (ZANELLI, 2012).

A princípio, nos países industrializados durante o século XIX, conforme Fontoura, Doll e Oliveira (2015), a aposentadoria era pensada como uma esmola do Estado destinada aos trabalhadores velhos nos seus últimos anos de vida, e, com o passar do tempo, transformou-se gradativamente em um direito social. Além disso, a aposentadoria tornou-se objeto de luta dos sindicatos por melhores condições financeiras dos aposentados e pela diminuição da idade mínima para poder se aposentar. Nesse sentido, segundo Silva (2008), a aposentadoria contribuiu para um novo posicionamento subjetivo da velhice como uma categoria política, pois ao considerar que o sujeito passa a estar incapacitado para o trabalho, ele torna-se detentor de direitos e privilégios sociais, o que lhe permite reivindicar seus benefícios em nome dessa categoria social.

Se o movimento em torno das pensões/aposentadorias diferenciou o velho como especial, carente, dependente e improdutivo, ele também politizou essa parcela da população, criando uma posição de subjetividade radical, desde a qual uma pessoa pode exigir seus direitos sobre um *status* do idoso. (KATZ *apud* SILVA, 2008, p. 160).

Diante dessa realidade, Fontoura, Doll e Oliveira (2015) ressaltam também que, devido ao aumento da expectativa de vida no país, muitas pessoas conseguem obter a aposentadoria em uma etapa da vida repleta de saúde e disposição, e, conseqüentemente, torna-se possível aproveitar dessa fase. Isso mostra que a antiga concepção de que a aposentadoria caracteriza o velho como decadente e à beira da morte não se sustenta mais, visto que o aposentado nos dias atuais dispõe de um tempo a ser aproveitado da forma como ele bem entender. Esse ponto de vista é defendido pelo discurso gerontológico, que aponta para as potencialidades da velhice, de modo a sustentar alguns termos, como “velhice ativa” e “velhice produtiva”.

Nessa direção, Costa e Soares (2009) apontam para três realidades dos aposentados atualmente: eles estão vivendo por mais tempo; aumentou-se a concessão de aposentadorias, e assim, eles passam um considerável período na condição de aposentados; muitos que se aposentaram ainda permanecem trabalhando para garantir a qualidade de vida, e outros, mesmo com uma boa situação econômica, continuam trabalhando, pois sentem dificuldades em abandonar as atividades laborativas. Em consonância, Soares e Costa (2011) ressaltam que embora

os indivíduos obtenham a aposentadoria via Seguridade Social, o recebimento dessa não está diretamente relacionado ao desligamento do trabalho pelos trabalhadores, pois, devido ao aumento da expectativa de vida e às melhores condições de saúde, muitos optam por não encerrar as atividades produtivas. Esse fato é comprovado pela Síntese de Indicadores Sociais, que em 2015, 53,8% dos idosos aposentados permaneciam trabalhando (IBGE, 2016).

Dentro desse contexto, Khoury (2010), ao se deparar com um considerável número de aposentados brasileiros que permaneciam trabalhando, indagou quais seriam os motivos que influenciavam a decisão de continuar as atividades laborativas, ao invés de efetivar a aposentadoria como um período de lazer e descanso. Com isso, o autor realizou uma pesquisa com 217 aposentados para investigar a influência dos fatores psicossociais no retorno dessa população ao trabalho. Dessa maneira, os resultados encontrados por Khoury (2010) revelaram que a principal razão dos aposentados trabalharem foi a necessidade de se sentirem produtivos e, em segundo lugar, para aumentar a renda familiar, e pela necessidade do convívio com outras pessoas. Assim, foi possível concluir que, embora os fatores econômicos fossem importantes, os fatores de natureza psicossociais prevaleceram nos resultados da pesquisa.

De acordo com Chrisostomo e Macedo (2011), a aposentadoria é um momento significativo na vida do sujeito, e a transição para esse período é considerada positiva ou negativa de acordo com a história do indivíduo, como também a partir das suas experiências e expectativas. Embora muitas pessoas se aposentem, existem várias possibilidades de vivenciar essa fase, e uma delas, conforme França (1999), é caracterizada por ser um merecido repouso, um direito que foi conquistado atrelado ao sentimento de liberdade de uma atividade insatisfatória, oportunidade de novas conquistas, e uma forma de vivenciar o prazer e o lazer. Uma outra abordagem do tema analisa a aposentadoria a partir do olhar de uma sociedade capitalista que atribui um lugar central ao trabalho, o qual dá valor e reconhecimento ao sujeito enquanto ser humano. Dessa maneira, esse período pode significar a perda de sentido da vida e uma “morte social” do aposentado, principalmente para aqueles que constroem suas identidades atreladas apenas à área do trabalho.

Assim, ao se falar da aposentadoria do ponto de vista da sociedade capitalista, observa-se que o aposentado é visto como aquele que não contribui mais para o sistema produtivo. Por isso, segundo Soares e Costa (2011), ao aposentar-se, o indivíduo vivencia um processo de perda da sua atividade laboral, e com isso precisa enfrentar o estigma da não ação que a sociedade impõe ao aposentado, no sentido de que esse não precisa realizar mais nada durante o resto da sua vida. Por conseguinte, ao perder o seu “lugar” na sociedade, o sujeito passa a habitar lugares de não reconhecimento, ou seja, “inexistentes”, uma vez que não se fala em

mundo da aposentadoria como espaço socialmente reconhecido, como explicitado pelas autoras:

Enfim, coloca-se em xeque a identidade. Fala-se frequentemente em mundo do trabalho, mas não se ouve falar em mundo da aposentadoria ou do não-trabalho devido à aposentadoria. Então, com que lugar as pessoas aposentadas se identificam? (SOARES; COSTA, 2011, p. 37).

Por conseguinte, de acordo com Zanelli, Silva e Soares (2010), é notória certa inquietude para aquele que está prestes a aposentar-se na atualidade, visto que as perspectivas sobre o futuro são permeadas por temores relacionados aos problemas financeiros, às doenças e à chegada da velhice. E, embora possa existir o desejo de uma qualidade de vida após a aposentadoria, muitas vezes esse sonho acaba se tornando frustrado pela incapacidade dos aposentados em gerir uma vida sem a presença do trabalho. A não consolidação desse desejo ocasiona angústia, solidão e vazio existencial.

À vista disso, o aposentado participa de um ciclo que consiste em agir “como todos esperam”, e ao acreditar que está em uma condição de inativo e de não contribuição, ele se comportará como tal, e confirmará o estigma social existente. Assim, segundo Zanelli, Silva e Soares (2010, p.29) “uma profecia autorrealizável é uma conjectura que, ao se tornar uma *crença*, produz sua própria realização”.

Na esteira dessas discussões, surgiram termos como “o descarte da laranja” ou o “papel sem papel”, que se popularizaram para caracterizar a condição do aposentado, pois além de perder a identidade ocupacional, esses sujeitos perdem também seu núcleo de referência, suas normas e rotinas, seus amigos, e se submete a condições que transformam e agridem a sua autoimagem.

Embora o impacto do rompimento das relações de trabalho varie de pessoa para pessoa, é inegável que essa ruptura signifique muito mais do que um simples término de carreira, pois representa mudanças no mundo pessoal e social de um sujeito que possuía vínculos e hábitos cotidianos durante muitos anos. Sobre isso, Zanelli, Silva e Soares (2010) afirmam que em sociedades capitalistas, culturalmente construiu-se a ideia de que os momentos de prazer são menos prioritários ou mesmo indesejáveis em comparação ao tempo gasto com o trabalho, de modo que predomine uma expectativa social ligada à permanência das pessoas em estarem ocupadas o tempo todo, e de que a folga é inaceitável.

Além disso, considerando-se que em geral as pessoas passam uma significativa parte de suas vidas trabalhando, a ausência desse trabalho implica uma possível desorientação, de-

sestruturação emocional, possíveis sentimentos de inutilidade por não realizar contribuições para a sociedade. De acordo com Zanelli, Silva e Soares (2010), muitos problemas provenientes da aposentadoria são consequências de uma súbita perda de identidade profissional, pois a autoimagem ocupacional do trabalhador é uma parte fundamental da autoimagem total do mesmo.

Em consonância a isso, Costa e Soares (2009) também apontam para esse sentimento de solidão, vazio e representação da aposentadoria como vagabundagem, visto que o indivíduo aprende durante sua vida a dividir o seu tempo entre o trabalho e não-trabalho. Por isso, ao aposentar-se, só resta ao sujeito o tempo de não-trabalho, de descanso, esportes, lazer, como explicitado pelas autoras:

[...] normalmente as pessoas não têm o hábito do tempo livre. Então, mesmo os aposentados mais favorecidos economicamente tendem a não descobrir novos interesses. Para muitos sujeitos, trabalhar é igual a viver, a única atividade útil, pois as demais são perda de tempo e desperdício. (SANTOS; FRANÇA apud COSTA; SOARES, 2009, p. 103).

Apesar disso, Costa e Soares (2009) acreditam que a aposentadoria deve ser vista como um recomeço que pode propiciar prazeres, e não um simples término dos projetos de vida, e para tanto, o papel do psicólogo nessa realidade é imprescindível. Em consonância, Zanelli, Silva e Soares (2010) apontam para a necessidade do planejamento para a aposentadoria, o que implica em planejar a própria vida. Todavia, as práticas de orientação para a aposentadoria nas organizações são raras em uma perspectiva longitudinal, pois se restringem, na maioria das vezes, a um programa nos meses próximos ao desligamento do trabalhador. Desse modo, aposentar-se de forma brusca, sem orientação, reflexão e planejamento pode acarretar em problemas no reposicionamento do sujeito na estrutura social, e conseqüentemente, implicações psicossociais. Por isso, a importância dada aos programas de orientação demonstra a necessidade do trabalhador que logo se aposentará em pensar e escolher alternativas para uma adaptação em uma nova realidade psicossocial. Assim, os autores ressaltam as oportunidades que a aposentadoria pode oferecer para o desenvolvimento do sujeito enquanto descobertas de novas potencialidades, fontes de prazer, maturidade e crescimento. Em suma, os autores acrescentam:

Acreditamos que a transição que ocorre na aposentadoria pode ser em muito facilitada quando são promovidas situações ou vivências no contexto organizacional, enquanto a pessoa ainda executa suas atividades de trabalho. É possível orientar a pessoa para novas possibilidades de ação, que, é óbvio, não se esgotam com o fim de uma carreira. As condições físicas e psíquicas de vida, entendidas como adaptação

saudável, e as experiências passadas, consignadas no repertório de cada um, podem e devem orientar as mudanças que se fazem necessárias. (ZANELLI; SILVA; SOARES, 2010, p. 34).

Portanto, conforme Soares e Costa (2009), a orientação psicológica para a aposentadoria vai muito mais além do que tratar das consequências e possíveis sintomas decorrentes desse processo malsucedido, mas consiste em uma preparação preventiva, que implica acompanhar a carreira do indivíduo e trabalhar os aspectos psicológicos dessa, de modo a compreender que cada um passará pela aposentadoria de forma única.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do percurso teórico traçado, foi possível perceber que historicamente construiu-se uma visão de que a saída do trabalho assalariado correspondia intrinsecamente com a última etapa da vida: a velhice. Essa fase foi demarcada, por muito tempo, por ideias de inatividade e decadência social, pois, uma vez fora do trabalho, a identidade do sujeito construída a partir do seu fazer perde o sentido. Entretanto, as características designadas a essa etapa da vida foram redefinidas contemporaneamente, e o surgimento dos termos “idoso” e “terceira idade” passaram a difundir uma imagem positiva dessa faixa etária, caracterizada por atividade, produtividade, lazer e benefícios.

Nesse cenário, foi possível notar que, embora se tenha construído um novo posicionamento subjetivo para a terceira idade, a aposentadoria continua sendo um tema que produz receio para essa população. Mesmo sendo esse benéfico um direito social, e apesar da possibilidade de obtê-lo em uma etapa da vida repleta de saúde e disposição, ainda assim é possível perceber que muitos continuam trabalhando após estarem aposentados. Logo, é admissível compreender que a ruptura com as atividades laborativas significa muito mais do que a saída do mercado de trabalho, pois pode provocar no sujeito uma súbita perda da sua identidade profissional, além de mudanças na rotina, nos hábitos, nas relações sociais, entre outras. É nesse contexto que surgem os programas de orientação para aposentadoria, afirmando a importância de um planejamento, que acompanha toda a carreira profissional do sujeito, para que esse possa elaborar novos projetos para quando se aposentar.

Assim, considerando que há diversas formas de vivenciar e significar o processo de aposentadoria, faz-se necessário a produção de novos estudos que ampliem a discussão desse fenômeno para além da dicotomia atividade x inatividade. Desse modo, torna-se possível questionar se a atual estimulação de novos projetos após a aposentadoria na terceira idade

possibilita, de fato, uma ressignificação das concepções de inatividade construídas historicamente, ou apenas uma fuga incessante do sentimento de inutilidade social. Esse questionamento remete, também, à reflexão de que essa concepção de atividade, projetos e lazer após a aposentadoria e durante a terceira idade é, muitas vezes, posta como a melhor saída para vivenciar a velhice, e, por conseguinte, ignora-se o direito do sujeito idoso poder optar pela inatividade, pelo descanso e quietude; ou seja, ainda há concepções de homogeneização da maneira de vivenciar essa etapa da vida.

Portanto, para que se torne possível a produção de novos estudos nessa área, é importante também destacar que, embora se tenha ampliado o número de pesquisas relacionadas à aposentadoria, ainda é notória a escassez desse tema nos currículos de graduação, sobretudo, em Psicologia. Assim sendo, para que haja eficazes orientações psicológicas para a aposentadoria no contexto do trabalho, é preciso que docentes e estudantes se empenhem em pesquisar e construir fundamentos para a atuação profissional em grupos de aposentados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília (DF): Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8213cons.htm> Acesso em: 27 set. 2017.

BRASIL, Lei nº1074/2003. **Estatuto do Idoso**. Brasília: DF, Outubro, 2003.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

CHRISOSTOMO, Alessandra Cássia Ribeiro; MACEDO, Rosa. O trabalho segundo a visão de um grupo de aposentados. **Kairós Gerontologia**, São Paulo, v.14, n.1, p. 149-161, mar. 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/6933/5025>> Acesso em: 23 out. 2017.

CIAMPA, Antônio da Costa. Identidade. In: LANE, Silvia T.M; CODO, Wanderley (Org). **Psicologia Social: o homem em movimento**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. Cap. 4, p.58-75.

CODO, Wanderley. O fazer e a consciência. In: LANE, Silvia T.M; CODO, Wanderley (Org). **Psicologia Social: o homem em movimento**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. P. 48-57.

CODO, Wanderley. Relações de trabalho e transformação social. In: LANE, Silvia T.M; CODO, Wanderley (Org). **Psicologia Social: o homem em movimento**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. P.136-151.

COSTA, Aline Bogoni; SOARES, Dulce Helena Penna. Orientação Psicológica para a Aposentadoria. **Psicologia: Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 9, n.2, p.97-108, dez. 2009. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572009000200009> Acesso em: 24 set. 2017.

DEBERT, Guita Grin. **A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento**. São Paulo: Fapesp, 2012.

DEBERT, Guita Grin. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. In: DEBERT, Guita Grin (Org). **Antropologia e Velhice**. 2.ed. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1998.

DEBERT, Guita Grin; SIMÕES, Júlio Assis. A aposentadoria e a invenção da “terceira idade”. In: DEBERT, Guita Grin (Org). **Antropologia e Velhice**. 2.ed. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1998.

FONTOURA, Daniele dos Santos; DOLL, Johannes; OLIVEIRA, Saulo Neves de. O desafio de Aposentar-se no Mundo Contemporâneo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.40, n.1, p.53-79, jan./mar. 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v40n1/2175-6236-edreal-40-01-00053.pdf>> Acesso em: 23 set. 2017.

FRANÇA, Lucia. Preparação para aposentadoria: desafios a enfrentar. In: VERAS, Renato Peixoto (Org). **Terceira idade: alternativas para uma sociedade em transição**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 146p. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>> Acesso em: 23 set. 2017.

KHOURY, Hilma Tereza Tôrres. Por que os aposentados retornam ao trabalho? O papel dos fatores psicossociais. **Kairós Gerontologia**, São Paulo, v.13, n.1, p.147-165, jun. 2010. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairós/article/view/4867>> Acesso em: 21 out. 2017.

SILVA, Enid Rocha da; SCHWARZER, Helmut. **Proteção social, aposentadorias, pensões e gênero no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2002. (Texto para discussão, n.934). Disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2830/1/TD_934.pdf> Acesso em: 23 set. 2017.

SILVA, Lara Lúcia da; COSTA, Thiago de Melo Teixeira da. A Formação do Sistema Previdenciário Brasileiro: 90 anos de História. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v.8, n.3, p.159-173, 2016. Disponível em: <<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/1019#.WcbeYsiGPIV>> Acesso em: 23 set. 2017.

SILVA, Luna Rodrigues Freitas. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. **História, Ciências, Saúde -Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 155-168, Mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 3 set. 2017.

SOARES, Dulce Helena Penna; COSTA, Aline Bogoni. **Aposent-Ação:** Aposentadoria para Ação. São Paulo: Vetor, 2011.

ZANELLI, José Carlos. Processos Psicossociais, Bem-Estar e Estresse na Aposentadoria. **Psicologia Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v.12, n.3, p. 329-340, dez. 2012. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572012000300007&lng=pt&nrm=iso > Acesso em: 27 set. 2017.

ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal; SOARES, Dulce Helena Penna. **Orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho:** construção de projetos para o pós carreira. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010.